

## Mobilidade humana e circularidade de ideia

Diálogos entre a América Latina e a Europa

editado por Luis Fernando Beneduzi e Maria Cristina Dadalto

### A arte da sangria

#### Circularidade de ideias e práticas (Rio de Janeiro, I metade do século XIX)

Tânia Salgado Pimenta

(Fundação Oswaldo Cruz, Brasil)

**Abstract** Describes how the sangria was widely used and understood as fundamental by the academic medical and Western European population to achieve the balance in cases of disease. Analyzes as in Portugal and its dominions, from the thirteenth century, tried to regulating and monitoring medical practices at first turned to the army. In this way, from 1808, with the transfer of the Court and the institutions of bureaucracy to Brazil, such supervision has become more effective in the larger cities of Brazil. And since that year, the Fisicatura chancel was rebuilt with headquarters in Rio de Janeiro and all questions about regulation and supervision related to the healing arts would be decided there.

**Sumário** 1 Introdução. – 2 Perfil dos sangradores. – 3 Circularidade e Significados. – 4 Redes de sangradores. – 5 Rota Atlântica. – 6 Considerações finais.

**Keywords** Bloodletters. Slave health. Arts of healing. Brazil.

## 1 Introdução

Quando um historiador começa a investigar sobre medicina no Brasil no século XIX, depara-se com referências a sangrias, sanguessugas, ventosas e sangradores, o que nos induz a perguntar o que era e para que isso servia? Ao nos aproximarmos desse universo, percebemos que lidamos com intensos e permanentes encontros e trocas relacionados a práticas, praticantes e significados, que circulavam entre os diferentes grupos sociais.

Para a medicina acadêmica da primeira metade do século XIX, baseada no paradigma hipocrático-galênico, o corpo humano era composto por humores, cujo equilíbrio em termos de quantidade e localização contribuía para a saúde individual (Legibre 1985). Dessa forma, a sangria era bastante usada e entendida como fundamental, por parte dos médicos acadêmicos e da população da Europa Ocidental, para se atingir o equilíbrio em casos de doença.

---

### Diaspore 7

DOI 10.14277/6969-122-5/DSP-7-13

ISBN [ebook] 978-88-6969-122-5 | ISBN [print] 978-88-6969-123-2 | © 2017

Apesar disso, considerava-se a sangria um ramo da arte da cirurgia que, por sua vez, sendo uma atividade manual e que lidava diretamente com sangue, era desvalorizada em relação à medicina, uma ‘arte liberal’, que eximia o médico de tocar no doente, senão para verificar o pulso (Barradas 1999). Em Portugal, durante o Antigo Regime, as pessoas que desempenhavam a sangria associavam-se em confrarias e pertenciam a camadas sociais inferiores (Santos 2005). Apesar da desvalorização de sua prática, era prescrita frequentemente por médicos, assim como por cirurgiões, que a executavam também, pois, para se exercer o ofício de cirurgião legalmente, era necessário ter também a carta que autorizava o indivíduo a atuar como sangrador. Entre o arsenal de objetos para essa prática, havia lancetas, sarjadores, ventosas de vidro e sanguessugas.

Desde o século XIII, em Portugal e seus domínios, havia uma tentativa de regulamentar e fiscalizar as práticas médicas, a princípio voltada para o exército. Nos séculos XV e XVI, houve a elaboração de regimentos que buscavam controlar o exercício terapêutico na sociedade de forma mais ampla (Abreu 1901). Essa fiscalização se dava mais efetivamente na metrópole. A partir de 1808, com a transferência da Corte e instituições da burocracia para o Brasil, essa fiscalização passou a ser mais efetiva nas cidades maiores do território brasileiro. Nesse mesmo ano, a Fisicatura-mor foi recriada com sede no Rio de Janeiro e todas as questões sobre regulamentação e fiscalização relacionadas às artes de curar seriam decididas ali. Portanto, quem quisesse atuar como médico, cirurgião, sangrador, boticário, parteira, curandeiro ou curador de moléstias específicas deveria solicitar autorização aos juízos do físico-mor ou do cirurgião-mor, até 1828, quando o órgão foi extinto.

## **2 Perfil dos sangradores**

Além da documentação oficial, os registros de alguns estrangeiros que viveram no Rio de Janeiro, na década de 1820, como Jean-Baptiste Debret (s.d.) e Robert Walsh (1985), nos permitem perceber que era bastante comum encontrarmos sangradores atuando pelas ruas da cidade, sobretudo em largos e praças, oferecendo os seus serviços em lojas de barbeiros ou de forma ambulante. Seus relatos reforçam a ideia de que a sangria era um recurso terapêutico bastante utilizado e que sua prática não se limitava a um ambiente com maior controle médico, como em hospitais e enfermarias.

Segundo Debret, as lojas normalmente pertenciam a negros libertos (s.d., 151), que empregavam escravos, instruindo-os como aprendizes (Cunha 1985, 32). Além disso, ocorria que sangrar era apenas uma das habilidades de quem costumava se dedicar a essa tarefa. Conforme notaram os viajantes estrangeiros, geralmente os sangradores, além de apli-

carem sanguessugas e sangrarem, eram barbeiros e cortavam cabelo e barba. Também eram músicos, preparavam e vendiam casco de tartaruga para fazer pente e remendavam meias de seda (Walsh 1985, 200; Ewbank 1973, 189).

O reverendo Walsh, que esteve no Brasil entre 1828 e 1829, reitera essa observação sobre as pessoas que praticavam a sangria e nos brinda com uma rara descrição dessa atividade:

Para as dores reumáticas eles usam de maneira singular as ventosas, que geralmente são aplicadas por um negro. Um dia, ao passar pela rua detrás do Palácio, vi um médico negro aplicando esse tratamento em alguns pacientes sentados na escadaria de uma igreja. Ele amarra o braço e o ombro de uma mulher que parecia sentir dores terríveis, e fazendo pequenas escarificações em vários pontos com um pedaço de lâmina de navalha, começou a bater levemente nesses locais com a parte plana da lâmina até que o sangue surgisse. Em seguida colocou pequenas ventosas feitas de chifres sobre elas e aplicando sua boca numa abertura situada na extremidade, habilmente extraiu o ar de seu interior e fechou a abertura com argila, deixando-a firmemente presa à pele. Fazendo a mesma coisa, ele fixou mais sete ventosas do cotovelo ao ombro, onde elas tinham uma aparência muito estranha. Quando foram removidas, o braço estava coberto de sangue e a mulher disse que sentia um grande alívio. (Walsh 1985, 177-8)

Walsh e Debret afirmam que negros e mulatos constituíam a maior parte dos sangradores (Debret, s.d., 151; Karasch 1987, 202). As hierarquias sociais e das artes de curar (sendo a sangria uma arte menor da cirurgia, que era menos considerada do que a medicina) convergem no Brasil do oitocentos, construindo um quadro bastante peculiar. Naquele contexto, não havia ninguém mais apropriado para desempenhar as atividades de ‘sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas’ do que os escravos e os forros.

Contudo, a prática da sangria não era – ou não deveria ser – exclusiva de negros. Na verdade, era vista como uma concessão, como se fosse relegada, pois o próprio cirurgião-mor José Correia Picanço explicava aos vereadores da Câmara da Corte, em 1820, que aceitava que escravos prestassem exame de sangrador, primeiro, porque isso não era proibido e, segundo, porque, em geral, os homens livres se recusavam a exercer determinados ofícios que tinham mais de artes «mecânicas, do que de liberais», como a sangria (Pimenta 1998, 257).

Os argumentos do cirurgião-mor são bastante claros sobre os membros mais bem posicionados da sociedade relegarem as atividades de sangrador a escravos. De fato, de acordo com a análise dos processos da Fisi-catura, encontramos o seguinte perfil, embora não seja possível saber o

quão significativo era o número de sangradores oficializados em relação ao total que atuava no período (1808-28): tratava-se de uma ocupação masculina e concentrada entre forros e escravos (84%), entre as solicitações de autorização para atuar como sangrador no Brasil (Pimenta 2010). Indivíduos livres podiam ser sangradores, sendo que, na maior parte das vezes, obtinham essa habilitação antes ou junto com a de cirurgiões. No entanto, escravos e forros eram praticamente sempre sangradores, não podendo aspirar a um nível hierárquico mais alto dentro dos princípios estabelecidos pela Fisicatura-mor.

Entre os 173 sangradores com 'origem' definida, 61,3% (106 em 173) haviam nascido na África. Verificamos, assim, que os africanos ocupavam predominantemente este ofício. E, entre os nascidos no Brasil, a maior parte era de escravos e forros; portanto, descendentes dos primeiros. A procedência dos africanos pôde ser identificada em 101 processos que apontaram para uma ligeira predominância de oriundos do Centro-Oeste da África (52%), seguidos por pessoas vindas do Oeste (46%) e do Leste (2%) (Pimenta 2010).

### **3 Circularidade e Significados**

Juntando os relatos de estrangeiros como Walsh e Debret aos dados analisados da Fisicatura-mor, além de depoimentos de médicos acadêmicos que, ao longo do século XIX, passam a reclamar - e, portanto, a indicar - que o exercício da sangria fosse feito por africanos e escravos em geral, percebemos que, de fato, no Brasil, quem praticamente monopolizava essa arte eram os africanos e seus descendentes.

Importa atentar para o fato de que os estrangeiros também relatavam a prática da sangria entre alguns grupos étnicos, na África. Segundo Karasch, a técnica de sangrar com ventosas pode ser identificada entre os bakongo, no oeste do continente africano (1987, 264-5). No século XVII, o missionário Cavazzi já descrevia como a sangria era feita com chifres em regiões de Congo e Angola: «os pretos [...] toscamente aplicam um chifre pequeno e vazio ou uma pequena cabaça, comprimindo-a fortemente sobre a ferida que previamente fizeram e pondo a boca sobre um pequeno furo feito no dito instrumento, chupam com força e extraem assim o sangue até o recipiente ficar cheio» (1965, 145). E, em meados do século XIX, Joaquim Monteiro, falando sobre as mesmas regiões, afirmava que os nativos de língua Bunda eram muito hábeis no uso da lanceta, muitas vezes com instrumentos terrivelmente sem corte (1875, 262-3).

E foram pessoas dessas regiões que constituíram a maior parte dos africanos escravizados na região do Centro-Sul do Brasil. Podemos dizer que compartilhavam partes de seu complexo cultural como pressuposições básicas sobre o parentesco e visões cosmológicas (Slenes 1991-92). Entre

elas, a ideia de que o desequilíbrio, o infortúnio e a doença seriam causados pela ação malévola de espíritos ou de pessoas, frequentemente através da bruxaria ou da feitiçaria. Ewbank (1973), por exemplo, relata a prática de sangria realizada pelos africanos como uma tentativa de sugar os espíritos malignos, no lugar dos humores em excesso da medicina oficial.

Como a própria documentação da Físicatura dá pistas, os sangradores faziam as vezes de curadores. Diagnosticavam e prescreviam o tratamento que podia incluir medicamentos, além da sangria. Considerando essas questões, podemos inferir que não deve ter sido incomum que sangradores também indicassem remédios, o que seria prerrogativa dos médicos, baseados em ervas medicinais, como fazia o preto forro Adão dos Santos Chagas, que trabalhou no hospital da Santa Casa como sangrador. Em 1815, Adão apresentou à Físicatura um abaixo-assinado em que os moradores de Cachoeiras de Macacu pediam permissão para que ele pudesse «livremente sangrar nossas famílias e em algumas doenças leves ensinar-nos alguns remédios e também tirar dentes» (Pimenta 1998, 366). Observamos, então, que o forro Adão era um sangrador dentista, sabia algumas mezinhas e praticava na Santa Casa, mostrando que muitos sangradores também podem ter sido dentistas e, mais ainda, curandeiros, apesar de a autorização concedida pela Físicatura-mor limitar as suas atividades a sangrar, sarjar e aplicar ventosas e sanguessugas.

De todo modo, não perdemos de vista que a sangria era também prescrita por médicos e cirurgiões com formação acadêmica. Havia uma relação de subordinação social e entre as artes de curar. Os sangradores poderiam se limitar a fazer o que e como os médicos e cirurgiões recomendassem. Interessa sublinhar que, mesmo assim, provavelmente, estariam dando significados diferentes à mesma prática. Era interpretada de acordo com seus códigos culturais, com sua cosmologia e suas concepções de saúde e de doença. Ao considerar a prática da sangria na África, não se trata de buscar a sua origem, mas sim reconhecer a circularidade, o compartilhamento de saberes e práticas no mundo Atlântico. Alguns estudos sobre o cristianismo na África, no século XVI, apontam nesse sentido (Souza 2009). Acreditamos que a forma como a sangria era praticada na Europa tenha influenciado a maneira de os africanos a praticarem, havendo influência no sentido oposto. No Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos, essa influência era sempre renovada através do tráfico Atlântico, no processo chamado de crioulização e de africanização (Parés 2005).

#### 4 Redes de sangradores

Se, por um lado, o caráter mecânico da arte de sangrar e a sua limitação a atos cirúrgicos menores ajudam a explicar o porquê de grupos mais abastados da sociedade relegarem o exercício de sangrador, havia, por outro

lado, interesse de escravos e libertos, incluindo-se muitos africanos, por esse ofício. Esse grupo, provavelmente, via em tal atividade, pelo menos nos centros urbanos, uma oportunidade de acumular pecúlio, ou seja, enxergava o aumento da possibilidade de comprar a liberdade e de melhorar suas condições de vida. Esse conhecimento foi, então, sendo transmitido entre as pessoas que constituíam essa camada social, e suas atividades foram sendo reinterpretadas segundo suas concepções de doença e de cura. Os africanos e seus descendentes praticamente *monopolizaram* a arte de sangrar. A documentação da Fisicatura-mor não explica o porquê da sangria, nem do ponto de vista da medicina acadêmica, nem, muito menos, do ponto de vista de quem a praticava, sendo bem objetiva quanto à prática: tratava-se de sangrar, sarjar, aplicar bichas, ventosas e sanguessugas (Pimenta 2003).

Esse era o caso de Vicente. Trazido de Angola, aqui acabou sendo escravo de Anacleto José Coelho, que era sangrador aprovado e ensinou a seu escravo as artes de «sangrar, sarjar, deitar ventosas, sanguessugas, e tirar dentes», conforme o atestado de Junho de 1820 apresentado à Fisicatura. Tendo isso em vista, foi admitido a exame para sangrador e dentista em Agosto, na Corte, durante o qual respondeu a perguntas práticas e teóricas, saindo aprovado e apto para receber a carta. Contudo, em 1824, achando-se «forro e liberto» e considerando «indecoroso conservar uma Carta do tempo de escravo», recorreu ao cirurgião-mor para que lhe passasse uma nova, ao que foi atendido em Novembro do mesmo ano. Para isso, Vicente apresentou a carta de liberdade que lhe foi dada, em Junho de 1824, por Anacleto (Pimenta 1998).

Em certo momento de sua vida, Vicente, sendo dentista e sangrador aprovado, passou a ensinar esse ofício a outros. Assim, em 1827, era Vicente quem passava o atestado (apenas assinado por ele) de que o também liberto Manoel José Coelho, vindo de Cabinda (talvez um antigo companheiro de cativo, em função do mesmo sobrenome adotado), havia «praticado comigo a arte de sangria e tenho visto praticar com inteligência a dita arte aplicando ventosas e sanguessugas no espaço de mais de oito anos» (Pimenta 1998, 363), ou seja, enquanto ainda era escravo. E, em 1828, jurava aos santos evangelhos, «por ser verdade», que via o liberto Afonso Manoel Garcia, de nação Congo, «praticar com inteligência» a arte de sangria, aplicar ventosas e sanguessugas (Pimenta 1998).

Embora a Fisicatura-mor tenha sido extinta em 1828, alguns registros da Câmara Municipal nos fornecem pistas sobre a continuidade do trabalho de Vicente. Em 1834, ele constava na relação de quatro sangradores oficializados apresentada pelos fiscais municipais (Pimenta 2003). Se considerarmos que, à época da Fisicatura-mor, foram concedidas cerca de 125 autorizações para a província do Rio de Janeiro, constatamos que a relação da Câmara estava extremamente incompleta.

Em 1841, em vez de esperar os terapeutas se registrarem, a Câmara pediu aos seus fiscais e aos juizes de paz que levantassem moradias, no-

mes e profissões destes em seus respectivos distritos ou freguesias. Foram identificados cinco, entre os quais continuava figurando Vicente José Coelho. Quatro anos depois, Vicente aparece nas folhas que anunciavam barbeiros do Almanak Laemmert, indicando o seu endereço: Largo da Praia, nr. 7. Trabalhando como seu vizinho, no nr. 24, Alexandre José Coelho, cujo sobrenome sugere alguma ligação com Vicente, também constava no Almanak (Pimenta 2003).

Vicente José Coelho foi um sangrador como poucos. Fez questão de exercer as suas atividades de barbeiro-sangrador dentro da lei, registrando-se como tal sempre que convocado pela municipalidade, ao longo da década de 1830 e 1840.

Assumindo que a maior parte dos barbeiros-sangradores era escrava, forra ou descendente, podemos acompanhar a construção de redes em torno do ofício de sangrador - especialidade da arte de curar que, tanto em terra quanto nos navios negreiros, foi percebida por muitos escravos e forros como uma interessante opção em sua luta cotidiana para sobreviver e melhorar as suas condições de vida (Jeha 2007).

Em 1846, depois de 14 anos sem se conceder um diploma de sangrador (desde a lei de 3 de Outubro de 1832), a Câmara decidiu que não deveria mais aceitar registros de sangradores. Em 14 de Maio de 1856, o governo publicou o Decreto 1764, aprovando o regulamento complementar da Faculdade de Medicina, de 1854, no qual se instituía novamente exames para sangradores.

No dia a dia da cidade, essas mudanças legislativas não provocaram alterações. Antes de 1856, a presença dessas pessoas nas ruas e em lojas de barbeiros era amplamente tolerada pelas autoridades e reconhecida pela sociedade, até porque era comum que, além da sangria, os sangradores oferecessem suas habilidades em corte de cabelo e de barba, e com instrumentos musicais.

Assim, independentemente da legislação em vigor e da vontade dos médicos, as atividades dos sangradores, exercida por escravos e forros, africanos e seus descendentes, continuavam. Os anúncios de seus serviços não deixaram de ser publicados nos periódicos, assim como os de venda e de aluguel de escravos sangradores/barbeiros e de sanguessugas, como os exemplos abaixo, veiculados no Jornal do Commercio:

Vende-se um perfeito barbeiro sangrador e dentista de 22 anos de idade, e bom pajem [...] rua do Cano nr. 227. (1855-07-13)

Bichas. Aplicam-se a 280 réis, das mais superiores que há, no largo do Palacete nr. 4, em São Domingos de Niterói, pegado à casa de sapateiro do canto da rua de Cima, e tem tudo quanto pertence ao ofício de barbeiro. (1855-09-22)

## 5 Rota Atlântica

A circularidade entre saberes e práticas sobre sangria de diferentes grupos sociais no mundo Atlântico deve ter-se dado de forma muito mais intensa. Esse processo deve ter sido muito mais vivo entre aqueles que cruzaram o Atlântico diversas vezes, exercendo a função de barbeiro-sangrador em navios negreiros. Eles podem ter constituído um importante apoio para os africanos que vinham nos navios negreiros; portanto, a comunicação entre os africanos não acontecia apenas no nível linguístico (Slenes 1991-92).

Entre os sangradores que viajavam para a África oficialmente autorizados, a maioria era constituída de escravos (40 dos 75 que solicitaram licença para sangrar em navios), dentre os quais alguns tinham vindo da própria Costa de Leste (27). Mas havia forros que também se empregavam nesse trabalho (22), forros africanos, inclusive (13). Na maioria das vezes, o destino era genericamente apontado como Costa de Leste ou África, raramente especificando se iriam a Angola, Benguela, Cabinda, Moçambique ou Quilimane.

Em 1809, por exemplo, Antônio Manoel da Assumpção, preto forro natural de Angola, havia acertado com o capitão do «bergantim Esperança que segue viagem para Angola ocupando o lugar de sangrador, que aprendeu, e exercita há muitos anos» (Pimenta 1997, 106). Também o liberto Manoel, de nação Cabinda, em 1827, pedia licença por um ano para viajar à Costa Leste, assim como Afonso, de nação Congo, em 1828.

Em meio a esses processos, identificamos alguns fragmentos da história desses homens que se acostumaram a fazer a travessia América-África. São informações que apontam para a construção de laços sociais, como no caso de Joaquim da Silva Senna, um homem pardo, que fez exame para sangrador em Dezembro de 1811 e viajou à África nesse mesmo ano, exercendo o ofício. Dez anos depois, o nome de Joaquim aparece dando um atestado a Luís João Caldas, preto forro da cidade de Luanda, de que havia praticado com ele a 'Arte de sangrador'. Luís recebeu uma licença para trabalhar no bergantim Ligeiro para Cabinda, com escala por Benguela. Depois disso, pediu mais duas licenças para voltar à África como sangrador.

A essa altura, Joaquim já possuía uma loja na Corte e nela continuava a ensinar a outros discípulos, como João Ribeiro da Silva (licenciado em Maio de 1827), preto forro de nação Mina; Gaspar, preto de nação, isto é, de origem africana (licenciado em Dezembro de 1827), escravo de Antônio José de Castro; e Januário, preto de nação Angola (licenciado em Janeiro de 1828), escravo de Francisco José dos Santos. Todos apresentaram um atestado assinado por Joaquim como garantia de que estavam aptos a exercerem o ofício de sangrador - especialidade da arte de curar que, tanto em terra quanto nos navios negreiros, foi percebida por muitos escravos e forros como uma interessante opção em sua luta cotidiana para sobreviver e melhorar suas condições de vida.



Sublinho, assim, o processo de aprendizado e reconhecimento desses saberes e práticas de africanos e crioulos. Os atestados eram passados e assinados por outros sangradores africanos ou descendentes, cuja competência era reconhecida durante as primeiras décadas do século XIX.

## 6 Considerações finais

Este estudo sobre o exercício da sangria nos permite sublinhar aspectos caros para a análise histórica. Como afirma E.P. Thompson, «a história é uma disciplina do contexto e do processo: todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar funções novas, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas» (2001, 243). Como alerta Gabriela Sampaio, o historiador deve sempre estar atento a essas mudanças (Sampaio 2010, 154).

Assim, ao considerar a permanência da sangria ao longo de séculos, percebemos que objetos e significados eram específicos em sociedades tão diferentes, como nas europeias e africanas, cujos contatos indicam como a prática da sangria estaria imersa num processo de circularidade, apresentando-se de determinada forma no contexto brasileiro. Essa peculiaridade no Brasil refere-se ao fato de que os indivíduos que exerceram esse ofício foram aqueles que tiveram suas vidas atravessadas pela experiência da escravidão. Além do processo e do contexto, outro aspecto a ser mencionado diz respeito à compreensão de que os sujeitos eram agentes históricos. Dentro das possibilidades colocadas, os indivíduos fizeram escolhas. No caso apresentado, escravos e forros optaram por aprender e/ou por permanecer exercendo o ofício de sangrador. Praticavam a sangria, que era disseminada por toda a sociedade brasileira, provavelmente com significados próprios a seus grupos sociais e étnicos.

## Bibliografia

- Abreu, Eduardo de (1901). «A PhysicaturaMór e o Cirurgião Mór dos Exércitos no Reino de Portugal e Estados do Brazil». *Revista do IHGB*, 63, 1, 154-306.
- Barradas, Joaquim (1999). *A arte de sangrar de cirurgiões e barbeiros*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cavazzi, Giovanni Antonio (1965). *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Cunha, Manuela C. (1985). *Negros, estrangeiros - os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense.
- Debret, Jean-Baptiste (s.d.). *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro.
- Ewbank, Thomas (1973). *A vida no Brasil ou diário de uma visita ao país do cacau e das palmeiras*. Rio de Janeiro: Conquista.
- Jeha, Silvana (2007). «Ganhar a vida: uma história do barbeiro africano e sua família. Rio de Janeiro, século XIX». Porto, Ângela (ed.), *Doenças e escravidão: Sistema de saúde e práticas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz.
- Karasch, Mary (1987). *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press.
- Legibre, Arlette (1985). «Sangrar e purgar!». Le Goff, Jacques (ed.), *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 289-98.
- Monteiro, Joachim John (1875). *Angola and the river Congo*. 2 voll. Londres: Macmillan and Co.
- Parés, Luis Nicolau (2005). «O processo de crioulização no Recôncavo Baiano (1750-1800)». *Afro-Ásia*, 33, 87-132.
- Pimenta, Tânia Salgado (2010). «As artes de curar e a Fisicatura-mor na época de d.João VI». Kury, Lorelai; Gesteira, Heloísa (eds.) *Ensaio de História das Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduerj, 53-64.
- Pimenta, Tânia Salgado (2003). *O exercício das artes de curar no Rio de Janeiro (1828-1855)* [Tese de doutorado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Pimenta, Tânia Salgado (1998). «Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)». *História Ciências Saúde-Manguinhos*, 5(2), 349-72.
- Pimenta, Tânia Salgado (1997). *Artes de curar - um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil do começo do século XIX* [Dissertação de mestrado]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Sampaio, Gabriela (2010). «História e Cultura». Alves, Paulo Cesar (ed.) *Cultura- múltiplas leituras*. Bauru; Salvador: Edusc; Edufba, 141-64.
- Santos, Georgina Silva dos (2005). «A arte de sangrar na Lisboa do Antigo Regime». *Tempo*, 10(19), 43-60.
- Slenes, Robert (1991-92). «Malungu, ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil». *Revista USP*, 12, 48-67.

- Souza, Marina de Mello e (2009). «Crucifixos centro-africanos: um estudo sobre traduções simbólicas». Algranti, Leila; Megiani, Ana Paula (eds.), *O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 333-54.
- Thompson, Edward P. (2001). «Folclore, antropologia e história social». Negro, A.L.; Silva, S. (eds.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp.
- Walsh, Robert (1985). *Notícias do Brasil (1828-1829)*. Belo Horizonte: Itatiaia.

